



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - DECSO**



LARISSA RIOS FREITAS

**DA HOMOFOBIA SEM HOMOFÓBICOS À CRIMINALIZAÇÃO CONTRA A
COMUNIDADE LGBT: OPRESSÕES QUE ATRAVESSAM O LIVRE
EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE**

Mariana – MG

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – DECSO**

LARISSA RIOS FREITAS

**DA HOMOFOBIA SEM HOMOFÓBICOS À CRIMINALIZAÇÃO CONTRA A
COMUNIDADE LGBT: OPRESSÕES QUE ATRAVESSAM O LIVRE
EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE**

Trabalho apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela
Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação da
Professora Sheila Dias.

Mariana – MG

2018

F866d

Freitas, Larissa.

Da homofobia sem homofóbicos à criminalização contra a comunidade LGBT [manuscrito]: opressões que atravessam o livre exercício da sexualidade / Larissa Freitas. - 2018.

60f.: il.: color; graf.

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Sheila Almeida.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Homofobia - Teses. 2. Questão social - Teses. 3. Patriarcado - Teses. I. Almeida, Sheila. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 316.647.82-055.

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

DA HOMOFOBIA SEM HOMOFÓBICOS À CRIMINALIZAÇÃO CONTRA
A COMUNIDADE LGBT: OPRESSÕES QUE ATRAVESSAM O LIVRE
EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE

LARISSA RIOS FREITAS

SHEILA DIAS

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 07 / 02 / 2018

Luônica Medeiros Magalhães

(Membro da banca)

Juliana de Cássia Soares Lopes

(Membro da banca)

Sheila Dias

(Professor orientador)

Dedico este trabalho a toda a comunidade LGBT vítima das opressões da sociedade capitalista, àqueles que lutam pela causa e àqueles que vivem a sua sexualidade a favor de um amor livre. Em especial aos meus queridos amigos Guilherme e Diego que me ensinam o quão bom é viver e amar a vida.

AGRADECIMENTOS

Conseguimos! No plural, porque sozinha eu não teria chegado até aqui. Agradeço a Deus por todas as maravilhas que Ele realiza em minha vida e por me permitir alcançar mais um objetivo que agora se encerra.

Aos meus pais pelo amor incondicional e total dedicação para que eu pudesse realizar o meu sonho. Obrigada por todas as vezes em que apostaram em mim, confiantes que tudo daria certo.

Ao meu irmão Yago, meu melhor amigo e companheiro da vida, por sempre acreditar em mim muito além que eu.

Às minhas amigas do Serviço Social, agora colegas de profissão, por todos esses anos juntas, compartilhando momentos e dividindo o aprendizado.

À UFOP, pelo ensino público e de qualidade.

Aos Mestres, pelo empenho em ensinar a profissão que escolhi seguir; em especial, agradeço a Sheila por ter aberto caminhos que eu jamais pensei que conseguisse percorrer. Obrigada pela sua dedicação em me orientar, sobretudo pela amizade, foi maravilhoso a vida ter me apresentado a você.

À Deborah, por ser a minha referência profissional e por ter me ensinado a intervir com amor.

Aos meus familiares, amigos e demais que sempre torceram por mim e que de alguma forma contribuíram com este sonho.

Sigo com a certeza de que todo desafio é um convite à luta. Muito obrigada!

“Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além”

(Paulo Leminsk)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o fenômeno oculto da homofobia, sobretudo no que tange desnudar a realidade para ir além daquilo que está posto pelas aparências, a fim de compreender como somos uma sociedade em que a homofobia existe, mesmo sem homofóbicos, assim como também existe o racismo, mesmo sem racistas. A todo momento, somos surpreendidos com notícias de crimes de ódio contra mulheres, a população negra, população LGBT entre outros. Da interdição pública, passando pela violação de direitos até a morte física, esses grupos são historicamente discriminados e vivem sob o julgo do conservadorismo, patriarcalismo e desigualdades sociais, em que expressões da “questão social” são materializadas na luta de classes. Dessa maneira, este trabalho trata-se de uma pesquisa para tentar entender a homofobia dentro dos processos históricos que se formaram no tocante do Modo de Produção Capitalista.

Palavras-chave: homofobia, luta de classes, questão social.

ABSTRACT

The following article tries to analyse the hidden phenom of homophobia, mostly when tries to undress reality beyond appearances, trying to understand how we are a society in wich homophobia exists even without homophobics as well as racism exists without racists. All the time we are surprised with news of hate crimes against women, the black population, LGBT population among others. Starting from public intervention through rights violation and even to a physical death, these groups are historically discriminated and live under the judge of conservatism, patriarchy and social inequalities, wich “social tasks” expressions are materialized on class sruggle. This way, the article speak about a research that tries to understand homophobia among historical processes that were made during the capitalist mode of production.

Palavras-chave: homophobia, class sruggle, social tasks.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Mortes população LGBT registradas em 2017.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

GGB – Grupo Gay da Bahia

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

MPC – Modo de Produção Capitalista

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A construção sócio histórica das relações sociais a partir do modo de produção capitalista	16
1.1 - Família e patriarcado: a invenção do binarismo entre homem x mulher	21
1.2 - A família que pune o corpo que fala: entre a moral, os bons costumes e os “homens de bem”	27
1.3 - A construção do amor: quando o ato de amar se torna justificativa para aniquilar a liberdade dos sujeitos.....	30
CAPÍTULO II- BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	31
2.1 - O Projeto Ético Político como direção assumida pela categoria profissional.....	33
2.2 - “O amor fala todas as línguas” mais que uma campanha: a luta do serviço social brasileiro contra a homofobia.....	35
2.3- Qual a importância desse tema para o serviço social brasileiro.....	36
CAPÍTULO III- DESNUDANDO A REALIDADE: O FENÔMENO DA HOMOFOBIA “SAINDO DO ARMÁRIO”	37
3.1 - Metodologia de análise.....	38
3.2 - Análise dos dados.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS	58
Anexo I.....	58
Anexo II.....	60

INTRODUÇÃO

A princípio o interesse em torno do tema acerca da criminalização contra a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais – LGBT¹, partiu de uma inquietação pessoal diante de situações corriqueiras vividas por amigos, gays, lésbicas entre outros que compõem esse grupo. A partir de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, em que oito participantes responderam um questionário aberto com um total de dez perguntas acerca do tema discutido, pude perceber o quanto os discursos de criminalização desse grupo, perpassa inclusive por relações que vão desde o seio familiar², como também em outros espaços de sociabilidade. Assim, partindo dessa observação, desenvolvi o interesse para problematizar essas e outras questões que atingem tão brutalmente a essa comunidade, afinal “trata-se aqui de uma condição da pesquisa que deve ser incorporada como critério de realidade e busca de objetivação” (MINAYO, 2002, p.15).

O interesse por essa temática, vai além das dúvidas e angústias pessoais, mas sobretudo, pela necessidade de fundamentar teoricamente, o que justifica a manutenção dessa criminalização, e de que maneira o capitalismo se apropria de opressões que se fundam a partir de uma identidade, para efetivar a hierarquização das classes sociais. Compreendo que essa fundamentação teórica seja de suma importância, pois, somente a partir de uma análise crítica da realidade, é possível traçarmos ações que efetivamente sejam eficazes na luta contra a homofobia e a outros crimes cometidos contra o grupo aqui pesquisado³.

Nosso anseio, se expressa na tentativa de compreender o fenômeno que se esconde através da violência contra identidades que não se enquadram na

¹ Optamos por utilizar a sigla LGBT, uma vez que a mesma ainda não caiu em desuso. “A sigla “GLS” (Gays, lésbicas e simpatizantes) caiu em desuso. Organizações internacionais como a ONU e a Anistia Internacional adotam a sigla “LGBT” (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais). Dentro do movimento propriamente dito, as siglas podem variar (algumas organizações usam LGBT, outras LGBTT, outras LGBTQ...). Atualmente, a **versão mais completa** da sigla é LGBTPQIA+”, em que lésbicas são representadas pela letra L, gays pela G, bissexuais pela B, a letra T representa travestis, transexuais e transgêneros, a P os Pansexuais, o Q de Queer, I de Intersex, A de assexuais e o sinal “+” é utilizado para “incluir pessoas que não se sintam representadas por nenhuma das outras sete letras”. (Disponível em: <http://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/>) acessado em 30/08/2017

² Mais adiante abordaremos a categoria família como um dos tópicos para melhor fundamentarmos essa discussão.

³ O grupo no qual me refiro abrange a comunidade LGBT, mais especificamente o grupo focal selecionado para a pesquisa de campo que se divide entre homossexuais do convívio social próximo e homossexuais do meio acadêmico.

heteronormatividade⁴, e que assim, legitima a não naturalização do livre exercício da sexualidade. Dessa forma, penso está aí, a importância e a necessidade de se discutir esse tema, pois, observamos que essa discussão, está irrigada de um estigma social grande capaz de permitir que um certo alguém se sinta no direito de opinar sobre a relação do outro com outrem. Estamos no século XXI, evoluímos muito em alguns aspectos, mas é inacreditável saber que a comunidade ainda precisa lutar para ocupar certos espaços, espaços que lhe são de direito. Compreendemos que essa discussão deveria perpassar todas as esferas da sociedade, a fim de que todo o estigma⁵ social diante de relações de gênero e sexualidade seja desconstruído e para que tal desconstrução possa ter maior alcance, mesmo que a passos lentos. Pois, enquanto essa temática se restringir somente ao grupo de interesse, a naturalização do livre exercício da sexualidade poderá ser algo distante. E ainda sobre a importância de abordar temas como esse, L. Silva (2017) e A. Silva (2017), em artigo “Identidade de Gênero e População LGBT”, no livro “Transpolíticas Públicas”, nos traz:

“Discorrer sobre as questões de gênero é muito mais que apenas citar a existência das diversidades, mas também é uma forma de propor o respeito mútuo entre as pessoas, assim como promover a diminuição do preconceito e discriminação, bem como a visibilidade e o reconhecimento dos Direitos Humanos, de forma que a população de lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais (LGBT) tenha condições de exercer sua cidadania plena no âmbito das relações sociais”. (L. SILVA e A. SILVA, 2017, p. 50).

Desnudar a realidade no que tange principalmente os preconceitos transcorre tanto aquele que vem de fora da comunidade LGBT quanto aquele que vem de dentro. Como explicitado anteriormente, existem padrões que são impostos, inclusive dentro da própria comunidade, o que acarreta a construção de uma “minorias das minorias”.

⁴ “Norma que estabelece a heterossexualidade como parâmetro identitário de normalidade e naturalidade para as orientações sexuais” (BAGAGLI, 2017, p.35).

⁵ “O termo chave do conceito de estigma para Stafford & Scott é norma. “Norma é o compartilhar de crenças de como as pessoas devem se comportar de certo modo em uma dada circunstância” (STAFFORD & SCOTT, 1986, p. 81). Norma é a palavra que pode mostrar a relativa e a coletiva natureza de estigma. “Há um quadro de pessoa ideal, crenças do que o indivíduo deveria ser. [...] As pessoas que não se enquadram nos perfis ideais tendem a ser desvalorizadas” (STAFFORD & SCOTT, 1986, p. 81). As pessoas estigmatizadas são desvalorizadas porque não se constituem pessoas ideais dentro das normas sociais, e assim, tornam-se objetos do controle social, o qual propicia uma limitação em suas relações sociais”. (SIQUEIRA e CARDOSO, 2011, p. 10).

Existe também aquele recorte feito sobre a questão racial: um homossexual branco, ainda que pouco, consegue ocupar melhor os espaços que um homossexual negro.

A pesquisa sobre o tema “Da Homofobia sem homofóbicos, à criminalização contra a comunidade LGBT: opressões que atravessam o livre exercício da sexualidade”, irá perpassar por questões que estão postas em nossa sociedade, mas que se encontram escondidas pela barbárie do sistema. É importante que a discussão sobre gênero seja feita, sobretudo para que (pré)conceitos historicamente construídos segundo crenças, religião e moral dessa sociedade machista e patriarcal, sejam desconstruídos e esta ordem vigente superada, objetivando a construção de um novo caminho societário.

Analisando rapidamente a experiência do estágio em Mariana – MG, lugar onde a pesquisa se passa, pude perceber a necessidade de profissionais do Serviço Social com o olhar treinado e sensível à causa LGBT; não que as intervenções realizadas tenham sido enfraquecidas ou fragmentadas, porém limitadas. Mariana sendo uma cidade conservadora, muitas vezes não está preparada para a diversidade, existe ainda a violência simbólica contra a população LGBT, apesar de ser uma cidade que carrega múltiplas identidades. A parca materialização da teoria na prática pode provocar um atendimento limitado que muitas vezes impede de irmos além da imediatividade e acaba por não versar a raiz do problema que é tratar e desnudar a realidade.

Discutir onde o preconceito está e como ele se “camufla” será o eixo principal de discussão para que outros desdobramentos e problematizações também sejam realizados. É necessário que se faça uma análise a respeito das opressões que são materializadas na luta de classes de modo a vir desnudar o fenômeno oculto da homofobia, perpassando por algumas “instituições” que reafirmam a ordem vigente, instituições “a serviço” do Estado, como Igreja, família, etc, e que colaboram com a manutenção desse preconceito que então é camuflado.

Existem sujeitos que são intolerantes, existem aqueles que vêem a questão da sexualidade como um tabu e ainda há aqueles que não se reconhecem como intolerantes e preconceituosos. Muitas vezes os processos históricos e a construção desses sujeitos não lhes permitem ultrapassar as barreiras dessa construção histórica, apesar de ser urgente e necessário que isso aconteça.

É importante que se construa uma história diferente, em conjunto, por isso é que a luta do Movimento LGBT precisa ser fortalecida, em prol de uma sociedade humana, justa e livre, em que a igualdade e a democracia de fato aconteçam para todos, sem que um sujeito seja violentado e desrespeitado devido a sua identidade sexual.

Os estigmas relacionados a comunidade LGBT são grandes, como por exemplo a ausência de políticas públicas de amparo à essa população, constantes violações de direitos, aumento do número de assassinatos, dentre outros; mas os relacionados a comunidade LGBT atrelados a questão racial, são maiores ainda. Estas são problemáticas que me provocaram, ainda mais, quanto a escolha do tema. É fato que o preconceito existe. Mas onde ele está?

Portanto, para dar corpo a esse capítulo, vamos abordar algumas categorias sociais analíticas importantes, construídas ao longo do processo de transformação da sociedade moderna⁶ e que nos servem de eixos para compreender a importância dessa temática, na luta pela emancipação humana.

CAPÍTULO I – A construção sócio histórica das relações sociais a partir do modo de produção capitalista

O Modo de Produção Capitalista – MPC⁷ impõe costumes e padrões tidos como ideais a serem seguidos e por muito tempo as religiões trouxeram como ideal de família àquela composta a partir do homem e da mulher. Creio que uma família ideal seja aquela em que entre os laços exista amor e ponto. A família ideal é aquela que o outro tem direito de escolher o que o faz feliz, independente de questões de gênero e padrões impostos. Diante disso, confio que o tema a ser abordado venha fortalecer esse debate em que acredito ou que ao menos incomode pensamentos antagônicos.

Para darmos início a discussão, se faz necessário que conceitos como “imediatez” e “questão social” sejam abordados no decorrer da dissertação. Para

⁶ Período de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. O período histórico vai do século XV ao XVIII.

⁷ O Modo de Produção Capitalista, fundado na exploração do trabalho, tem como fim único a obtenção do excedente, o lucro. “ O modo de produção capitalista [...], que sucedeu, no Ocidente, ao modo de produção feudal, é hoje dominante em escala mundial” (NETTO e BRAZ, 2012, p.108), de modo que as relações de produção influem diretamente nas relações sociais.

discutir onde o preconceito e a homofobia se encontram é preciso ir além da imediatividade que está posta num primeiro momento e para discutir questões de gênero precisamos discutir também a luta de classes inerente ao Modo de Produção Capitalista – MPC, que se materializa enquanto “expressão da questão social”⁸.

A construção sócio histórica do MPC está pautada na luta de classes e no conflito “Capital e Trabalho” que se materializa por meio das “expressões da questão social”. O Capitalismo se reinventa a todo momento, mas o conflito será sempre o mesmo, enquanto esse modo de produção não for superado. Ele busca dar novas roupagens as expressões da questão social, sempre em função da mercantilização do capital. Recorrendo a Cisne (2012, p.102):

“É por intermédio das mudanças nos processos de acumulação e reprodução da ordem capitalista, mediadas pela ação das classes e dos Estado que se imprimem as configurações da velha e imanente “questão social””.

Por trás das “novas roupagens” se esconde um conservadorismo que é moldado conforme a dinamicidade do Modo de Produção Capitalista que por sua vez se reinventa, mas que ao mesmo tempo procura conservar as bases de suas estruturas. O conservadorismo está intimamente ligado as tradições, de modo que este influi diretamente sobre o sujeito em sociedade, a partir do momento em que valores e crenças são difundidos com o objetivo de que os costumes possam então se conservar e assim, a reprodução de preconceitos também acontece. “A função pedagógica que as tradições exercem sobre os sujeitos é reconhecida e valorizada pelo *conservadorismo moderno*” (SOUZA, 2015). Souza ainda nos traz que,

“Para os conservadores, se uma tradição está viva e atuante, esta evidência empírica serve como fundamento para preservá-la. Isso porque a condição de sobrevivência histórica de uma tradição é sua capacidade de fornecer subsídios úteis à reprodução das sociedades. É por intermédio das tradições que os indivíduos adquirem a “gramática” necessária ao desempenho bem-

⁸Para o entendimento sobre o significado de “questão social”, buscamos a definição em Cerqueira Filho (1982), onde nos aponta que: a questão social engloba o “conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo, no curso da constituição da sociedade capitalista”. Assim, a “questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho”. (ALMEIDA, 2015 (p.323) *apud* CERQUEIRA FILHO (1982)).

sucedido (racional, na concepção conservadora) de suas funções na sociedade. “[...] ao indivíduo cabe receber o que foi preservado; desfrutar dessa herança como fiel depositário; e passá-la às gerações vindouras em uma cadeia que se percebe como invisível e interminável” (SOUZA, 2015, p.16 *apud* COUTINHO, 2014, p. 61).

Essas “novas roupagens” se materializam como se fossem algo novo, como se existisse uma “antiga questão social” que veio a ser superada. Observa-se apenas aquilo que se apresenta no imediato da situação e se não pararmos para discutir ou problematizar tudo aquilo que a aparência esconde, deixamos de compreender o que a realidade de fato nos apresenta. E se tratando da homofobia, não seria diferente. O agressor escolhe dar outros nomes ao preconceito ou até mesmo se vitimizar e, são em situações assim que a vítima real não tem voz e muito menos visibilidade, esse silenciamento vai desde o isolamento social, acusação de loucura e até interdição do corpo (como a própria morte). A agressão se legitima, sobretudo, pelo discurso da moral e dos bons costumes, como também da fé e da preservação da família.

De acordo com Coelho (2008), se tratando da imediaticidade, no MPC,

“O pensamento não apreende a realidade de forma imediata, instantânea (...). A consciência movimenta-se da realidade para si e de si para a realidade e, nessa dinamicidade, quando ocorre a supra-sunção do estágio do entendimento para a razão, torna-se cônica da dimensão universal que a conecta com a humanidade. Trata-se de um processo complexo, permeado por determinações, mediações e contradições. A consciência apreende, no âmbito da razão, de forma aproximativa, essa processualidade”. (COELHO, 2008, p.252)

Dessa forma, a imediaticidade do cotidiano só nos permite perceber aquilo que está aparente e não o que de fato a realidade traz. É preciso romper com essa “aparência” a fim de que a “essência” do objeto seja de fato apreendida pela consciência, chegando o mais próximo do real. Para que questões de gênero, atreladas a homofobia e questões raciais sejam melhores compreendidas aqui, é necessário que a realidade seja desvelada para que possamos romper ao menos o

mínimo com parte da alienação⁹, inerente a esse modo de produção, e compreender melhor a barbárie social que está instaurada.

Romper com toda essa alienação e imediaticidade não é tarefa fácil quando o assunto em questão está atrelado a relações de gênero, partindo ainda do pressuposto que vivemos em uma sociedade fundada no machismo e no patriarcado. Apesar disso, é de extrema importância romper com a imediaticidade a que destacamos e, para melhor justificar isso, Cisne (2012) nos traz:

“Desse modo, perde-se a dimensão da totalidade, provocando o obscurecimento do antagonismo entre as classes sociais e favorecendo, a perda da identidade de classe e, logo, da resistência e luta contra esse modelo de sociedade”. (CISNE, 2012, p.101)

Romper com a imediaticidade nos faz olhar para a raiz do problema e nos permite identificar o preconceito ligado a homens e mulheres que não se submetem a heteronormatividade. Esta heteronormatividade historicamente construída comporta padrões arraigados pelo machismo e patriarcado, em que as relações de poder de um gênero sobre o outro se naturalizam de maneira propositiva. Ou seja, as diferenças de gênero são socialmente construídas e tendem sempre a beneficiar um alguém, existe a profunda desigualdade de poder entre homens e mulheres e se tratando da desigualdade entre homens e mulheres heterossexuais e homens e mulheres homossexuais, a desigualdade se faz ainda maior.

Se entende por “reprodução das relações sociais” a reprodução da totalidade da vida social, que engloba a reprodução da vida material e do modo de produção, a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social. O processo de reprodução da totalidade das relações sociais possibilita o novo, o diverso, o contraditório e a mudança; o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes, cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação, ou seja, a contradição de classes que se solidifica por meio da “questão social”.

⁹“A alienação surge com a ascensão da sociedade de classes. As sociedades divididas em classes sociais são fundamentadas no trabalho alienado. Isto ocorre devido ao fato de que a atividade vital consciente, a práxis ou o trabalho como objetivação, perde seu caráter teleológico consciente e passa a ser apenas um meio para satisfação de outras necessidades” (CUNHA. C, ABREU. D, VASCONCELOS. M, LIMA.S (2014, p.2) *apud* VIANA (2009).

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem muitas particularidades que são importantes para entender a “questão social”, dentre elas está à grande exclusão da população da cidadania social e política; a ausência de uma ruptura com o estatuto colonial; a constituição de um conjunto de atividades econômicas internas cujo eixo de gravitação é o mercado externo (condição de dependência), entre outros. O desenvolvimento capitalista – a inserção do país na Divisão Internacional do Trabalho – não supera o atraso, o processo de transformação se deu pelo alto, de modo que ele se refuncionaliza e se reintegra em uma nova dinâmica.

É importante ressaltar que a revolução burguesa no Brasil tem uma combinação entre um liberalismo econômico e conservadorismo; liberalismo no âmbito das relações mercantis e conservadorismo no âmbito da política. No cenário brasileiro, os trabalhadores são excluídos das decisões do Estado, diretamente relacionadas ao poder e estão sujeitos à repressão deste (cidadania anulada). Trata-se aqui de uma sociedade com tradição autoritária e excludente, que tem o pensamento conservador em relação à questão social – caracteriza-se o povo como amorfo, uma sociedade civil incapaz, de modo que a culpabilização, certas vezes, é dada diretamente ao sujeito, resultando na criminalização da questão social.

Apesar de a questão social ter deixado de ser tratada como caso de polícia, passando a ser caso de política, a coerção permaneceu (mesmo que de maneira camuflada) como forma de alcançar o consenso. Há uma tentativa de naturalização da questão social, ela é colocada como um problema de violência e como um problema para ser resolvido com assistência social.

É uma nova modalidade de trato à questão social, um novo patamar de resposta, a partir de novos patamares de desenvolvimento do capital, com novas formas que desresponsabilizam o Estado, e ao mesmo tempo camufla a luta de classe, traz um “fetichismo conceitual”, esconde a perspectiva da realidade, desarticula as lutas de classes, desmistifica o que é realmente sociedade civil, obscurece as relações entre sociedade e Estado, traz maior aceitação a respeito da “desresponsabilização” do Estado nas respostas para a questão social.

As violações contra a comunidade LGBT se configuram enquanto expressões da “questão social”, algumas dessas violações, materializadas em violências cotidianas, são fruto de conceitos moralistas e patriarcais, amplamente reproduzidos

de geração a geração através de culturas hegemônicas. É importante salientar que a cultura, da forma como ela é compreendida e reproduzida, produz as relações de poder e de dominação que se estabelecem entre os sujeitos, empoderando homens em detrimento de mulheres, escravizando negros e oprimindo sexualidades, dentre outros.

Além da moral fundamentalista religiosa que alimenta diversas das práticas discriminatórias conhecidas da contemporaneidade, o patriarcado se apresenta como o sistema mais antigo de dominação, estendendo, ao longo dos tempos, sua supremacia para além da opressão feminina, exercendo poder de exploração também sobre as minorias raciais e os povos vencidos (SAFFIOTI, 1987). Dessa maneira, o Serviço Social é desafiado a atuar no tensionamento histórico provocado pelas instituições que funcionam como aparatos ideológicos reprodutoras de violência e ao mesmo tempo da ordem.

1.1- Família e patriarcado: a invenção do binarismo entre homem x mulher

As diferenças de gênero culturalmente construídas e firmadas pelo patriarcado, têm um forte apoio da religião, em que a mulher deve ser submissa ao homem, a esposa ao marido. Beauvoir nos traz:

“A civilização patriarcal votou a mulher à castidade; reconhece-se mais ou menos abertamente ao homem o direito a satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada no casamento: para ela o ato carnal, em não sendo santificado pelo código, pelo sacramento, é falta, queda, derrota, fraqueza; ela tem o dever de defender sua virtude, sua honra; se cede, se cai, suscita o desprezo; ao passo que até na censura que se inflige ao seu vencedor há admiração [...]. Nada impede o homem de dominar e possuir criaturas inferiores” (BEAUVOIR, 1949, p.112)

Conforme apontado por Beauvoir (1949), nada impede o homem de dominar e possuir criaturas inferiores, sendo assim as relações de poder se dão a todo momento de modo que um certo alguém está subjugado a um outro, é necessário que uma força tida como maior seja exercida sob outra tida como menor, como o homem sob a mulher ou a heteronormatividade sob minorias LGBT, numa eterna “guerra de posições”. Tudo isso se dá pelo viés patriarcal que traz consigo características machistas e sexistas reforçadas há milhares de anos.

E banhada então por essas diferenças e desigualdades socialmente construídas, a identidade de gênero duramente se constitui. Essas assimetrias apontadas acima se naturalizaram de maneira que passam despercebidas ou silenciadas. Dentro desse contexto social as opressões se espriam colocando o sujeito em situação de criminalização, ou seja, a margem da sociedade, uma vez que as diferenças e desigualdades quando falsamente deixam de ser notadas criam uma tendência a solidificação destas que dentro do MPC se materializam enquanto expressão da “questão social”.

Dessa maneira, a discussão acerca de um tema relacionado a criminalização de minorias se faz urgentemente necessário como forma de fortalecer o movimento ligado a comunidade LGBT, como forma de enfrentamento das opressões e não aceitação das desigualdades reforçadas pela homofobia ou pelas diferenças relacionadas ao preconceito diante da raça/etnia, gênero, sexualidade, como também diferenças sociais. Cabe então a definição de alguns dos vastos conceitos que vou me apropriar como sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, os *queer*, dentre outros; não de forma a fragmentar a estrutura vitimizada, mas sim de maneira a respeitar o “lugar/espço” de cada um destes.

Em artigo publicado no livro “Transpóliticas Públicas”, “Identidade de Gênero e População LGBT”, L. Silva e A. Silva (2017) nos trazem as seguintes definições: “Os conceitos para sexo são: macho quando se nasce com pênis; fêmea quando se nasce com vagina” (p. 57)

“Orientação sexual define com quem a pessoa irá se relacionar, sentir desejo sexual e afetivo. Ou seja, heterossexuais se relacionam com pessoas do sexo e do gênero oposto; bissexuais se relacionam tanto com pessoas do mesmo sexo quanto com do sexo oposto; homossexuais e lésbicas se relacionam com pessoas do mesmo sexo e do mesmo gênero. [...] Os *queer* são pessoas que não seguem o padrão da heteronormatividade – palavra de origem inglesa usada também para representar pessoas transgênero. [...] Gênero não se limita ao sexo; trata-se de expectativas sociais que relacionam uma pessoa conforme sua genitália. Mas, a partir daí, a sociedade identifica homem ou mulher, podendo cometer erros ao afirmar a identidade de gênero do outro, pois apenas a própria pessoa poderá dizer de si, o que sente, como se identifica e como reconstrói seu próprio corpo” (p.58)

“Identidade de Gênero está relacionado ao “eu”, como me constituo e me identifico, podendo ou não estar associada essa identificação com o sexo que me foi atribuído no nascimento – ou seja, menino ou menina”. (L. SILVA e A. SILVA. 2017, p. 59).

Diante de todos esses conceitos e definições socialmente construídos, é importante dizer que todo ser é livre para sentir ou viver aquilo que lhe for de desejo, sendo assim cabe somente a pessoa, seja ela hetero ou homossexual, dizer sobre si mesma ou se autodefinir, livre de estereótipos e estigmas sociais. Apesar de tudo, os conceitos e definições se fazem importantes até mesmo como forma de que, sendo compreendidos, passem a ser respeitados, e talvez sejam o ponto inicial para que a discriminação e o preconceito sejam, pouco a pouco, desconstruídos.

Destacados, pois, os “lugares de fala”, é importante salientar que abordar um tema diretamente relacionado a população LGBT necessariamente requer que uma discussão seja feita acerca da violência e todo estigma social sofrido por esta. Se faz urgente a necessidade de afirmar que todo preconceito e discriminação precisam ser desnaturalizados, de modo a não permitir que homossexuais e transexuais sejam privados de liberdade em detrimento de uma heteronormatividade socialmente construída.

Saffioti (2015) traz o conceito de violência enquanto “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. Sabemos que homossexuais e transexuais sofrem todos esses tipos de violência diariamente, principalmente se tratando do Brasil que se encontra hoje como o país que mais mata transexuais no mundo.

A população LGBT se vê cotidianamente num terreno de violação de direitos, devido toda a ignorância, preconceito e ódio fincados na cultura do machismo, sexismo e do patriarcado. A discriminação traz consigo marcas que refletem diretamente na marginalização do sujeito que socialmente não é aceito, por não se enquadrar em normas historicamente construídas,

“certos bens e comportamentos de determinadas classes consideradas inferiores são selecionados como lesivos, com o propósito de proteger os interesses e imunizar os comportamentos das classes dominantes – estas alinhadas à “norma”. Essa seleção penalizante, denominada *criminalização*, ocorre como uma forma de distribuição da vulnerabilidade “que faz com que algumas populações estejam mais expostas do que outras a uma violência arbitrária” (Butler, 2006, p. 14, tradução nossa), tendo por objetivo impor uma pena àquelas pessoas sujeitas à coação do poder punitivo da sociedade”. (PALHA e FERREIRA, 2017)

É importante destacar que no Brasil ainda não há nenhuma lei que resguarde homossexuais e transexuais contra a LGBTfobia, portanto acredito que o Estado indiretamente (ou não) permite que a reprodução do preconceito e discriminação aconteçam, se materializando enquanto expressão da “questão social”. Apesar de todos os desafios e adversidades encontrados, encaro todo esse processo como um convite à luta, e em concordância com Silva (2004) “sem conformismos, mas com indignação e rebeldia, mas também com o máximo de criticidade”.

Romper com a imediatividade não é tarefa fácil, mas é essencial que isso aconteça a fim de que a realidade possa ser criticamente ressignificada para que a partir disso a garantia de direitos suceda. Diante do exposto, o Serviço Social se faz urgentemente necessário nessa construção, enquanto uma profissão que reconhece a liberdade como valor ético central, que preza pela defesa intransigente de direitos, pela democracia e emancipação humana.

O preconceito e a discriminação estão postos, basta analisar a realidade numa perspectiva de totalidade para entendermos que questões de gênero, e também questões de raça, se constituem como formas do Modo de Produção Capitalista reproduzir as desigualdades sociais necessárias para a sua manutenção. É preciso que um olhar apurado seja capaz de captar essas expressões da “questão social” para que haja o enfrentamento e posterior combate de toda privação de liberdade que se apresenta a população LGBT, de modo que lhes seja permitido viver a sexualidade e vivenciar o gênero da maneira que bem quiserem.

Os Movimentos Sociais têm ganhado uma maior visibilidade nos últimos tempos, mesmo que a aproximação do debate, referente a esses grupos, ainda apareça em alguns momentos de forma tímida, não podemos negar a força que têm ganhado e a importância desses Movimentos nas conquistas historicamente alcançadas. O Movimento LGBT começa a se desenvolver na década de 70, já nasce no bojo do enfrentamento, já que o período datado se caracteriza pela ditadura militar. Acreditamos que através da luta por democracia e conquistas de direitos, a superação da discriminação e preconceito seja possível.

Em resumo, pude perceber que as minhas inquietações pessoais provocadas por situações próximas a mim, fazem parte da realidade de homossexuais do mundo

inteiro. Enquanto ser humano, não me permito que isso passe despercebido e enquanto Assistente Social em formação tenho dever que de fato isso não aconteça. A escolha do tema partiu de provocações minhas e essa pesquisa, dentro do Serviço Social, veio contribuir para que essas provocações encontrem respostas. E que essas respostas possam vir, então, unir forças a comunidade LGBT.

Falar sobre sexualidade exige que façamos um apanhado geral no que diz respeito a sociedade de classes e os desdobramentos que implicam mudanças nas relações sociais. É sabido que a homossexualidade não é algo recente, sendo esta pois, algo que sempre foi integrante da sexualidade humana e que em alguns momentos a homossexualidade era vista de maneira completamente diferente dos dias atuais. Mesmo assim, “quase todos os estudos históricos e antropológicos exibem um forte preconceito contra as mulheres e os homossexuais” (OKITA, 2015).

A sociedade de classes trouxe consigo a opressão à mulher e assim também às minorias, uma vez que “na sociedade pré-histórica, homem e mulher conviveram em igualdade de condições” (OKITA, 2015). Okita acrescenta,

“Engels caracterizou a sociedade primitiva como matriarcal, mas isso não queria dizer que a mulher dominou o homem, pois nas sociedades tribais não existiam dominadores nem a opressão de um sexo sobre o outro. A autoridade que os líderes masculinos ou femininos tinham surgiu das necessidades de organização tribal e foi baseada em suas reais capacidades de ação e de respeito mútuo” (OKITA, 2015, p. 20).

O fato de não existir a dominação de um sexo sobre o outro e a sociedade sendo então baseada nas “capacidades de ação e respeito mútuo”, deu espaço para que relações interpessoais fossem construídas naturalmente, tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade. É da estrutura matriarcal às classes que a resultante das desigualdades econômicas vai dando espaço para as desigualdades como um todo. Tal característica fez necessário que dominações de um para com o outro, que antes não se faziam evidentes, com a sociedade de classes tornara-se algo recorrente. Inaugura-se então, as bases de uma sociedade de classes forjada pela estrutura patriarcal. É a partir de tais mudanças que,

“A sexualidade, em geral, assumiu uma significação social negativa. Era uma forma de expressão pessoal incompatível com a nova ordem patriarcal, somente sendo permitida dentro dos limites rígidos da família monogâmica dominada pelo homem. Esse fato resultou em que a homossexualidade, pela primeira vez, fosse um fenômeno condenado. As relações homossexuais da mulher, e também as heterossexuais, eram limitadas pela dominação patriarcal. As relações sexuais do homem eram mais livres do que as da mulher. Porém aquelas relações masculinas que não resultassem em herdeiros eram condenadas pelo sistema patriarcal, cujo pai adquiriu o direito de passar suas propriedades para os filhos. É provável que o medo de não deixar herdeiros tenha sido um dos fatores principais para a proibição homossexual” (OKITA, 2015, p 27).

Acreditamos que “o medo de não deixar herdeiros” e a consequente proibição homossexual estejam diretamente ligadas as relações de trabalho inerentes a sociedade de classes, uma vez que o lucro se fazia o principal fim, logo a ausência de herdeiros poderia significar a carência de mão de obra necessária para a reprodução dessa ordem e das relações ligadas ao trabalho. Lê-se, nesse sentido, que as relações homossexuais não são potenciais lucrativos para o modelo de produção, logo, justifica-se a criminalização destas.

A classe dominante dotada do acúmulo de riquezas passou a dominar todas as esferas da sociedade, inclusive a religião. A relação entre sexualidade e religião ganhara novo significado. Atos homossexuais que, na sociedade primitiva, faziam parte de cerimônias, passaram a ser punidos. É claro que os antigos comportamentos sexuais permaneceram, mas agora “dominada pelo monoteísmo patriarcal que necessita da dominação da mulher e dos homossexuais para sua sobrevivência” (OKITA, 2015).

Fica evidente que com a chegada do capitalismo, àquilo que ameaça a ordem se torna alvo de repressão. Como colocado anteriormente, nas sociedades de classes, as relações homossexuais ameaçavam o bom funcionamento da família. E se ameaçavam o bom funcionamento da família, ameaçava também a ordem, já que a família é colocada como uma das instituições formadoras e norteadoras de comportamentos nesse modo de produção. Nas palavras de Okita (2015) “a homossexualidade entra em conflito com a família, que é o que sustenta e serve de base para o sistema capitalista de reprodução de mão de obra barata” (p.42).

Enquanto instituição, a família possui funções essenciais à ordem:

“como base para transferência da herança na sociedade patriarcal e para a manutenção da linhagem familiar impõe virgindade e monogamia à mulher para que o pai tenha certeza de que os herdeiros são filhos dele. (...) como base de reprodução para fornecer uma força de trabalho e soldados, bem como reserva de força de trabalho composta pela mulher. (...) como instrumento de imposição da ideologia correta aos filhos”. (OKITA, 2015, p. 42)

Como resultado disso, a família reforça comportamentos que se desdobram em preconceitos diante de relações homossexuais. A virgindade e a monogamia que são impostas à mulher reforçam a autoridade do pai e revigoram o patriarcalismo – “na sociedade patriarcal, com a reprodução dentro da família se tornando uma obrigação social, a homossexualidade, sendo um elemento imprevisível e não reprodutivo, é considerada antissocial” (OKITA, 2015, p. 43).

1.2 - A família que pune o corpo que fala: entre a moral, os bons costumes e os “homens de bem”

Para darmos seguimento a nossa discussão acerca da criminalização contra a comunidade LGBT, no que tange as opressões materializadas na luta de classes é necessário, sobretudo, falar sobre Família. Esta que nasce nos moldes de uma sociedade cujo movimento não é linear e nem homogêneo perpassando pela lógica de dominação capitalista. A formação da sociedade brasileira descreve um desenvolvimento que é marcado pela desigualdade social, materializada pelo antagonismo entre as classes. A família enquanto instituição formadora e norteadora de comportamentos, enraizada pela cultura cristã e pela herança do patriarcado, eficaz quanto a reprodução da ordem. Não há como falarmos sobre os estigmas sociais e preconceitos contra a comunidade LGBT sem antes falarmos sobre essa estrutura historicamente construída e firmada através das gerações.

A família além de se reproduzir biologicamente, se reproduz socialmente, de modo a garantir que a moral e os “bons costumes” permaneçam firmes na ordem. Ou seja, é através da família que tantos os genes, como também os costumes morais e sociais, são transmitidos de geração em geração. De acordo com MELLO (2016) em texto “A Destruição da Família no Marxismo de Marx”, “A família é o grupo social

elementar que opera como a estrutura estruturante do social, sendo a instituição fundamental da sociedade por ser responsável por herdar e transmitir os valores sociais nucleares”. Logo, assim como o homem, a ordem social vigente também se perpetua por meio da família.

Diante disso é que chegamos então num ponto importante. Porque se é no seio dessa instituição família, banhada pela moral cristã e pelo patriarcado, que as relações sociais se dão e são transmitidas hereditariamente, é consoante dizer que é no interior dessa instituição que os preconceitos permanecem velados, com rasas exceções, e quando assim, em constante movimento por uma contracultura,

“a família é a instituição responsável pelo processo de socialização primordial pelo qual os indivíduos na sua infância internalizam os valores sociais nucleares necessários para o convívio. Imprimindo o caráter da sociedade na formação da personalidade do indivíduo. O caráter social compreende o conjunto de traços comportamentais e mentais que fornecem uma fisionomia comum aos diferentes indivíduos de uma mesma coletividade. E a principal instituição responsável por transmitir no berço tais traços da sociedade aos indivíduos; é a família”. (MELLO, 2016)

Se é então na infância que os indivíduos “internalizam os valores sociais nucleares necessários para o convívio”, é nesse bojo que se encontra a formação dos preconceitos e discriminações perpetuados em nossa sociedade. A família é então uma instituição elementar a ordem, necessária para a manutenção da mesma. E o que diz essa ordem sobre o conceito de família?

“A família no seu sentido nuclear é a trindade constituída pelo pai, mãe e filhos, que são ligados não só por vínculos de sangue, mas por laços de afetividade e devoção. E em sentido amplo a família pode compreender também os indivíduos consanguíneos, compadres e outros que convivem sob o mesmo teto. Mas sempre é a família nuclear embasada pela trindade pai, mãe e filhos que vai ser a forma modelar de família, por mais que um desses elementos esteja ausente fisicamente”. (MELLO, 2016).

Os indivíduos, pois, que não correspondem a esses padrões pré estabelecidos ou que de alguma forma fujam desse modelo historicamente construído sentem as

opressões se materializarem no dia a dia e é no bojo dessa ordem, regida por um Estado tido como laico, mas que continua propagando preceitos conservadores, muitas vezes vindos da moral cristã que, munida de preconceitos, crenças e ideologias a família tem sido a instituição responsável por confirmar a discriminação falsamente ocultada nas relações sociais.

A família, assim como a Religião Cristã, enquanto instituições que corroboram a ordem, se justificam por meio de crenças que foram instituídas a partir da sociedade de classes. A ideia de família na moral cristã traz consigo o homem no seu papel de trabalhador, mantenedor da casa, e a mulher responsável por cuidar dos afazeres dessa casa e dos filhos. Posta essa realidade, a divisão patriarcal maquiada pelo zelo ao lar é justificada pelo amor, assim também a heteronormatividade vem na tentativa de justificar o preconceito no seio desse lar, através do amor. Um amor que diz “eu não aceito que você seja homossexual porque não quero que você sofra”. Mas que amor é esse? Que é punitivo, que violenta e criminaliza? Isso seria de fato a “tradução” de amor?

Dentro do patriarcado, não é permitido a liberdade de expressão sexual, pois, essa se caracteriza basicamente pela heteronormatividade, onde se a reproduz e oprime relações sexuais que fujam à regra. Como formadora e norteadora de comportamentos a família “é uma camisa de força heterossexual que oprime qualquer comportamento que fuja às suas normas” (OKITA, 2015, p. 43).

Trazendo rapidamente essa realidade para o Brasil, concordamos novamente com Okita (2015) no sentido de que:

“Se existem problemas e repressão com os homossexuais de outros países capitalistas, o homossexual brasileiro vê agravada a sua situação de forma mais aguda pelo fato de viver num país semicolonial que, além da discriminação e da marginalização, leva-os a enfrentar a crise econômica do país. Torna-se mais difícil escapar da repressão familiar, devido às necessidades de sobrevivência e sustento. Os guetos homossexuais são cada vez mais reservados para a burguesia e a alta classe média, limitando as opções de vida da grande maioria. Além disso, o machismo nos países semicoloniais está enraizado na sociedade”. (p.69)

Imediatamente percebemos a estreita relação da discriminação e da marginalização com o fator econômico. As desigualdades sociais pertencentes ao

Modo de Produção Capitalista se consolidam enquanto questão social; a criminalização contra a comunidade LGBT se consolida, pois, enquanto expressão da questão social. Velhas práticas e condutas ligadas ao preconceito se firmaram no passado e se reafirmam ainda hoje, desse modo a criminalização desses sujeitos permite que haja a regulação e, certas vezes, a eliminação de comportamentos homossexuais.

Voltando a instituição família, percebemos a sua importância na reprodução sexual e sua afunilada relação com o amor. Assim como a família possui a sua função social na sociedade de classes, “a finalidade no amor seria, do ponto de vista social, nos levar ao acasalamento, à reprodução e à criação dos filhos” (COLASANT, 1984, p. 14). Seria então o amor mais uma instituição norteadora e formadora de comportamentos ou seria ele a justificativa (usada em alguns casos pela instituição família) para norteamentos e formações relacionados a heteronormatividade? Não sabemos ao certo, mas o fato é que ambas situações se fazem socialmente presentes e o amor muitas vezes acaba sendo resumido em um sentimento inexplicável, aparentemente impossível de ser traduzido.

1.3 A construção do amor: quando o ato de amar se torna justificativa para aniquilar a liberdade dos sujeitos

Diante disso, as expressões homofóbicas, tanto por parte da igreja quanto por parte da família, se dão sempre através de manifestações de advertências, tudo sempre muito ligado ao pecado – palavra que carrega consigo um “peso social” intenso, difícil de ser desconstruída se tratando de (pré)conceitos historicamente construídos e enraizados nessa sociedade capitalista estabelecida por padrões.

Os conflitos relacionados a sexualidade estão intimamente ligados ao sistema capitalista, de acordo com OKITA (2015) “a homossexualidade entra em conflito com a família, que é o que sustenta e serve de base para o sistema capitalista de reprodução de mão de obra barata” (p.42), ou seja, a sociedade se organiza através de um sistema que se sustenta com o apoio da família, igreja e conseqüentemente educação. “A educação, a Igreja e a família exercem um papel de agentes indiretos da repressão contra os homossexuais” (p.84).

Em seu livro “E por falar em amor”, Marina Colasant, traz definições de alguns autores que tentaram definir esse sentimento:

“Para Stendhal, era “a maior “felicidade do mundo”. Carlos Drummond diz que “amor é bicho instruído”, Liv Ulmann explica que é como “se as nuvens do horizonte estivessem sob os meus pés”, e Camões tentou acertar com vários tiros “amor é um fogo que arde sem se ver/ é ferida que dói e não se sente/ é um contentamento descontente/ é dor que desatina sem doer...” (COLASANT, 1984, p.13)

Concordamos com Drummond ironicamente relacionando o amor ao modo de produção capitalista. “Bicho instruído” em seu sentido de também ter a sua função social para a sociedade de classes, bem como já falamos, a família e também a religião que podem ser relacionados as relações sociais fundamentais para a reprodução da ordem.

Para reafirmar o que já foi exposto e para darmos continuidade ao tema dialogado até aqui, vamos nos aproximar das palavras de Colasant (1984):

“Estamos falando de amor, mas é preciso especificar. Não existe um único amor ao qual todos obedecem, mas sim diferentes formas de amor, variando não só de acordo com as diferentes culturas, mas também através da história. A história da humanidade é a história do seu amor. Ao contrário do que gostaríamos, o amor não é rei; obedece as necessidades sociais e se modifica de acordo com as exigências econômicas, geográficas, ou impostas pelas guerras”. (p. 15)

Poderíamos dizer que dentre as definições de amor, afirmar que “não existe um único amor ao qual todos obedecem, mas sim diferentes formas de amor, variando não só de acordo com as diferentes culturas, mas também através da história” (COLASANT, 1984), corrobora e legitima a discussão que foi trazida até aqui. Talvez seja essa a causa de relações homossexuais não terem sido naturalizadas ainda e serem alvo de tanto preconceito. Embora isso seja uma cruel realidade da sociedade capitalista, é importante dizer que, para nós, diante de tantas definições de amor, compreendemos que o melhor sinônimo para este seja a liberdade.

CAPÍTULO II- BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O Serviço Social surge a partir da divisão social e técnica do trabalho, dentro da dinâmica monopólica do Modo de Produção Capitalista – MPC. Seu projeto profissional está diretamente ligado e direcionado a um compromisso coletivo que se apresenta enquanto possibilidade de superação dessa ordem societária. A profissão intervém diretamente nas expressões da questão social e, dentre os desafios e limites de atuação, está o fato de o Assistente Social também estar inserido na divisão social e técnica do trabalho o que de certa forma o coloca a todo instante num “campo” de contradições.

A organização monopólica introduz a dinâmica da economia capitalista num “leque” de fenômenos: os preços de suas mercadorias tendem a crescer aceleradamente, as taxas para a obtenção do lucro tendem a ser mais abusivas, a taxa de acumulação aumenta a tendência ao subconsumo, o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, há tendência de economizar o trabalho do homem em decorrência da entrada de novas tecnologias no mercado e os valores de venda sobem. O principal objetivo do capitalismo monopolista é a obtenção de maiores lucros, a partir daí há o aumento da exploração dos trabalhadores; com o aumento da exploração, surge a superacumulação.

O Estado sempre interveio no processo econômico capitalista. Na idade do monopólio, para preservar as condições externas da produção, ele começou a intervir na organização e na dinâmica de forma contínua e sistemática, fazendo com que esta intervenção estatal apoiasse os monopólios para a obtenção dos esperados superlucros. O Estado burguês atuava como instrumento de organização econômica e na administração dos ciclos de crise, o que garantia explicitamente o lucro para ele. As funções políticas do Estado burguês articulam-se organicamente com as funções econômicas, devido ao fato do Estado regulamentar as relações capitalistas/classe trabalhadora.

Trata-se de uma relação que é sempre contraditória, uma vez que o modo de produção cria as condições (mas cria as desigualdades) e conflitos, e também pode mudar e superar a mesma ordem. Logo, o Serviço Social, inserido pois nessa

dinâmica contraditória, tem sua base em duas dimensões que é a realidade vivida e a socialmente determinada, uma relação que se tornara inseparável.

2.1- O Projeto Ético Político como direção assumida pela categoria profissional

O Projeto Ético Político da Profissão identifica-se como um direcionamento ético, social e político para o profissional, sendo este materializado através do Código de Ética Profissional de 1993, das Diretrizes Curriculares básicas do curso de Serviço Social e da Lei que regulamenta a profissão de n.8.662/1993. Ainda sobre,

“Esquemáticamente, este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central [...] o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”. (BRANT, 2016, p.36 *apud* NETTO, 1999, p.104, grifo do autor)

Logo, o compromisso de estar ligado a um projeto societário que visa a construção de uma nova ordem social permite ao profissional um significado a profissão que também esteja ligado a superação de preconceitos e formas de discriminação que se fazem possíveis devido a necessidade existente dentro do Modo de Produção Capitalista de haver a dominação de um homem pelo outro, imbricado no conflito Capital X Trabalho. Apesar disso é importante que se tenha a

“compreensão da totalidade da sociabilidade capitalista e suas contradições intrínsecas ao modelo de desenvolvimento, que impõe limites à intervenção profissional quando se pauta na defesa dos direitos a partir de um Estado burguês, com perfil de classe definido e referenciado”. (BRANT, 2016, p.33)

A perspectiva de totalidade assumida por essa categoria, possibilitou ao serviço social brasileiro uma direção classista, que se coloca inteiramente contrária aos ditames capitalistas.

“Dessa forma, dimensiona-se a condição de trabalho que não remete apenas a um espaço de objetivação de uma determinada força de trabalho na luta pela efetivação de direitos que têm no Estado o principal referencial, mas,

também, à estrutura desses espaços que se dão em uma determinada forma histórica de Estado, o Estado burguês, que legitima e que condiciona o trabalho” (BRANT, 2016, p.34)

Sendo assim, a relação que o Serviço Social tem diretamente com o desenvolvimento da dinâmica capitalista impõe a atuação profissional o desafio cotidiano de desmistificar o imediato e ir além das aparências postas – muitas vezes capazes de ocultar as contradições inerentes a esse modo de produção – a fim de que o compromisso societário, dentro da perspectiva de luta da classe trabalhadora, possa alcançar tanto a emancipação humana/política dos sujeitos quanto uma nova ordem societária. “A dimensão da emancipação política deve ser necessariamente vinculada à emancipação humana que se apresenta com um processo pleno de desenvolvimento das subjetividade humana e a humanização das relações sociais” (BRANT, 2016, p.37).

É preciso compreender o profissional do Serviço Social dentro da sua condição de trabalhador e como parte integrante da classe trabalhadora para que assim possamos somar forças aos sujeitos coletivos que também caminham na direção de superação dessa ordem societária em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, verdadeiramente livre.

São por esses motivos que o projeto ético político está em constante construção com o intuito de se repensar a profissão dentro das realidades determinadas que são colocadas a ela:

“Assim como a arte, a política, o trabalho, entre outros, a prática profissional é uma expressão da práxis, pois atua sobre e na realidade social e só se torna passível de ser compreendida quando se considera a totalidade das relações sociais. São características da prática profissional (nesse caso, em especial, das/os assistentes sociais) seu caráter histórico e mutável, que adquire novos contornos de acordo com o próprio movimento de mudança social” (GONÇALVES, 2016, p.45)

Como vimos até aqui, o Serviço Social não está blindado das contradições que pertencem a ordem capitalista e por isso se coloca permanentemente no centro dos diferentes interesses de classes. Dessa forma, a relação existente entre Serviço Social e a “questão social” carrega traços do conservadorismo, incluindo ainda a

influência da Igreja Católica, principalmente nas protoformas da profissão. Para a nossa pesquisa,

“Apreender estes aspectos – gênero, “questão social”, Serviço Social, Igreja e conservadorismo – e relacioná-los, é fundamental para um aprofundamento sólido do significado do Serviço Social na sociedade, e, portanto, para o pensar e o repensar da profissão”. (CISNE, 2012, p.40)

A trajetória do Serviço Social brasileiro no que tange as respostas dadas a “questão social”, levando em conta o antagonismo de classes e traços do conservadorismo nos leva a concordar com Yamamoto e Carvalho (1982, p.318) – em alguns momentos que se referem a intervenção do Assistente Social– quando afirmam que a prática profissional quando unida as “funções econômicas, políticas e ideológicas, pouco tem a ver diretamente (salvo casos específicos) com as práticas materiais desempenhadas pelas instituições assistenciais”.

O Serviço Social se encontra diretamente vinculado a dinâmica das relações sociais capitalistas, mas é de suma importância que a categoria permaneça se organizando coletivamente como forma de enfrentamento da realidade. É importante, inclusive, trazer para a nossa discussão o fato de o Serviço Social estar no campo de militância, traçando ações, somando forças aos movimentos sociais na luta contra as desigualdades sociais.

2.2- “O amor fala todas as línguas” mais que uma campanha: a luta do serviço social brasileiro contra a homofobia

“O amor fala todas as línguas, assistente social na luta contra o preconceito”. Campanha realizada com o objetivo de promover no interior da categoria o debate pelo direito dos sujeitos/as exercerem livremente suas identidades bem como, sua expressão sexual¹⁰.

A campanha foi lançada no ano de 2016 em todos os encontros descentralizados CFESS – CRESS, dentre os eixos principais, ela nos apresenta os principais desafios para sua implementação, as principais contribuições ao se realizar

¹⁰ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>

essa campanha nacional, as ações estratégicas na luta pela liberdade de orientação e expressão sexual, as principais reivindicações do movimento organizado em torno da liberdade de orientação sexual, as principais formas de violação de direitos dos segmentos LGBT e a Resolução CFESS Nº 489/2006: *um instrumento na luta contra a opressão sexual* que veio para somar forças a categoria profissional na luta a favor da livre orientação e expressão sexual.

A parada do orgulho LGBT é ao mesmo tempo um importante exemplo de resistência a ser destacado. Ainda que haja em torno dela uma forte tentativa de folclorização, não há como negar a força do movimento em busca da igualdade de direitos e a luta pelo fim da homofobia, além de configurar um importante espaço de construção política e liberdade de expressão. Assim também, o Movimento LGBT se configura como protagonista na luta e resistência desde a sua chegada ao Brasil, na década de 1970, em meio a ditadura militar – nesse mesmo período o Jornal Lampião da Esquina já denunciava a violência contra a comunidade LGBT.

Destacamos também o Grupo Gay da Bahia¹¹ (GGB) que é a associação mais antiga do Brasil em defesa dos direitos humanos dos homossexuais. O Grupo Arco-íris¹², Rio de Janeiro, que se configura como uma organização não governamental e que assim como o Grupo Gay da Bahia, milita por promover qualidade de vida, direitos e cidadania aos homossexuais. Apontamos ainda a importância de campanhas como a desenvolvida pelo CFESS – CRESS que somam forças a luta contra a homofobia; em 2017 o Ministério dos Direitos Humanos lançou a campanha “Respeite as diferenças”¹³; neste mesmo ano, a Coca-Cola se apropriou do trocadilho pejorativo e homofóbico comumente utilizado e, no Dia Internacional do Orgulho LGBT, lançou a campanha “Essa Coca é Fanta” para combater o preconceito e confrontá-lo, além disso a lata estampava dizeres em favor da livre sexualidade. Ações e iniciativas como as elencadas acima confirmam para nós que embora exista a homofobia também há muita luta e organização da sociedade civil contra o fenômeno e em favor de relações livres, em respeito às diferenças.

2.3- Qual a importância desse tema para o serviço social brasileiro

¹¹ Disponível em: <http://www.ggb.org.br/ggb.html>

¹² Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/o-grupo/>

¹³ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/07/campanha-promove-combate-a-homofobia-no-pais>

O Serviço Social se coloca diante do cenário brasileiro enquanto uma profissão que faz uma opção de classe. Desde que o Código de Ética Profissional de 1993 foi instituído, princípios como o reconhecimento da liberdade, a luta por direitos e a defesa da democracia, passaram a nortear essa profissão de caráter prático-interventivo. Ainda, de acordo com o princípio VI, cabe ao profissional do Serviço Social o “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (p.23).

A profissão se coloca em resposta às demandas sociais inerentes ao conflito capital x trabalho, norteadas por um Código de Ética de cunho classista, em que se faz a opção em defesa da classe trabalhadora, estando, pois, diretamente ligada a reprodução das relações sociais.

Diante do exposto, é de inteira importância a presença do Serviço Social nesse debate e luta, enquanto uma profissão que reconhece a liberdade como um valor ético central, que preza pela defesa dos direitos, da democracia e da emancipação humana e política. Cabe ao profissional do Serviço Social ocupar os movimentos sociais, buscar compreender como esses grupos foram se formando e onde estão, para então intervir, pela defesa intransigente dos princípios pautados no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei que regulamenta a profissão, nº 8.662, de 7 de junho de 1993¹⁴ e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS¹⁵, à fim de fortalecer lutas e conquistas trilhadas por essa categoria.

CAPÍTULO III- DESNUDANDO A REALIDADE: O FENÔMENO DA HOMOFOBIA “SAINDO DO ARMÁRIO”

O nosso trabalho foi desenvolvido com o principal objetivo de desnudar o fenômeno da homofobia, buscar entender onde se esconde o preconceito contra a

¹⁴ Nota no site do CFESS, disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>)

¹⁵ Nota no site da ABEPSS, disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>, acessado em: 30/08/2017.

comunidade LGBT, para que pudéssemos compreender melhor como se materializam as opressões que atravessam o livre exercício da sexualidade na luta de classes. Foi necessário romper com a imediaticidade e ir além daquilo que está posto, procurando entender o objeto de estudo dentro das relações sociais, enquanto expressão da questão social, pertencentes ao Modo de Produção Capitalista.

“Sair do armário”, muito comumente usado de forma pejorativa, traz consigo uma metáfora no que tange “colocar para fora” aquilo que se tem de mais íntimo: a sexualidade. A verdade é que essa expressão, assim como outras, oculta o fenômeno da homofobia que aqui desejamos desnudar, “colocar para fora”.

Nessa perspectiva, procuramos dialogar com os sujeitos que diretamente são vítimas desse preconceito, a fim de que teoria e prática pudessem se complementar, dando corpo e sustentação a hipótese levantada. Com a observação e análise dos dados, conseguimos contribuir mais com a nossa pesquisa e perceber a necessidade de abrir espaços de discussão que envolvam o debate sobre gênero e a livre sexualidade.

3.1 Metodologia de análise

Para melhor compor a pesquisa bibliográfica e, trazer para um pouco mais perto da nossa realidade, a realidade vivida por homossexuais próximos, realizamos uma pesquisa de campo, composta por um questionário de dez (10) perguntas, ligadas ao tema “Da homofobia sem homofóbicos à criminalização contra a comunidade LGBT: opressões que atravessam o livre exercício da sexualidade na luta de classes” – o questionário aplicado será colocado em anexo.

O motivo principal da escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ligado à angústia em perceber como se dá a realidade de homossexuais próximos, norteou a escolha do grupo focal. Entendendo ainda a importância de se discutir questões de gênero dentro da Universidade, optamos por aplicar também o questionário a homossexuais que fazem parte do meio acadêmico – não só do curso de Serviço Social – com o objetivo de enriquecer e melhor fundamentar o trabalho. Dessa maneira, o grupo focal se divide entre homossexuais do convívio social próximo e homossexuais do meio acadêmico.

Primeiramente tínhamos o desejo de que esse questionário fosse aplicado a 10 pessoas, uma quantidade exata para tentarmos apanhar um número mais diversificado, de outros lugares que não somente Mariana, onde a pesquisa foi desenvolvida. Além disso, entendemos ser um número suficiente para a satisfação na análise de dados. Enviamos o questionário por e-mail para 10 pessoas e recebemos o retorno de oito (8).

Concluimos a pesquisa de campo de maneira satisfatória, com um grupo bastante diversificado – homens e mulheres homossexuais, estudantes universitários de dentro e fora da nossa instituição e pessoas de diferentes estados. É importante dizer que cada entrevistado terá o seu sigilo resguardado, as respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial e, para isso, usaremos nomes fictícios nas identificações. Cada participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, reafirmando a sua ciência a respeito da pesquisa realizada, de modo que a resposta ao questionário se deu de maneira voluntária.

As perguntas escolhidas para compor o questionário seguiram a lógica do debate realizado neste trabalho, a fim de que a pesquisa bibliográfica e de campo pudessem se complementar e “conversar” entre si. É importante dizer que o curto espaço de tempo para a produção do TCC não nos permitiu realizar uma pesquisa de campo de maior alcance, mas acreditamos que os dados colhidos serão de extrema riqueza para análise e reflexão no que diz respeito a criminalização contra a comunidade LGBT e suas implicações.

3.2 Análise dos dados

Dos entrevistados quatro moram em Mariana, dois em Belo Horizonte, um em Brasília e outro em Salvador. A faixa etária foi de 20 a 27 anos, pouco variável, porém essa pesquisa não tem a preocupação de quantificar esses dados. Quanto à escolaridade, sete têm Ensino Superior incompleto – quatro são estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – e um Ensino Superior Completo. A análise qualitativa da entrevista visa dar lugar de fala aos sujeitos que vivem diariamente a realidade de ser homossexual numa sociedade de classes e também nos permitir comparações entre pesquisa bibliográfica e de campo.

1) O que você entende por identidade de gênero?

Ao serem questionados sobre o conceito de “identidade de gênero”, os entrevistados trouxeram opiniões distintas, mas que se complementam. O conceito trazido por nós se traduz como algo que “está relacionado ao “eu”, como me constituo e me identifico, podendo ou não estar associada essa identificação com o sexo que me foi atribuído no nascimento – ou seja, menino ou menina”. (L. SILVA e A. SILVA. 2017, p. 59). Alguns entrevistados conceituam “identidade de gênero” das seguintes formas:

Entende-se que a identidade de gênero é uma escolha quando uma pessoa passa a se identificar seja lá qual for o sexo, sendo reconhecida pela sociedade impondo o respeito a si e aos outros. (PABLO)

Identidade de gênero é o modo como um indivíduo se identifica dentro da ampla linha de gênero que nós vivemos. (MATHEUS)

“Para mim, identidade de gênero corresponde ao sexo – seja ele masculino, feminino, ambos ou nenhum deles - que a pessoa se identifica e impõe a sociedade como quer ser reconhecido, independente da sua realidade exterior. Identidade é sinônimo de interior, de eu”. (LUCAS)

É a maneira com que a pessoa se sente ou se identifica em relação ao seu gênero, se feminino ou masculino; como ela quer ser vista, independente do sexo biológico. (FERNANDA)

Dois dos entrevistados trouxeram o conceito de “identidade de gênero” como construção social:

Gênero é construção social composta por características segundo as quais os indivíduos podem ser categorizados como homem ou mulher, tradicionalmente. Identidade de gênero pode ser entendida como a identificação pelo indivíduo da categoria que entende se adequar. (JOÃO PEDRO)

“Pra mim, identidade de gênero é social, ao contrário de sexo que é biológico, identidade de gênero é o modo como o sujeito se porta na sociedade. Seja ele de quaisquer sexualidade ou sexo”. (ANTÔNIO)

Somente um dos entrevistados frisou sobre a identidade de gênero não estar ligada a orientação sexual, o que é muito importante, já que mesmo os conceitos estando ligados a sexualidade, são coisas que não se confundem:

“Identidade de gênero é como o indivíduo se identifica em relação ao seu corpo, se ele se identifica como homem, mulher, trans, binário, não

binário (dentre outras nomeações), o que não está ligado a orientação sexual”. (ROBERTO)

Como dito anteriormente, os conceitos trazidos se distinguem em alguns momentos, mas se complementam e conversam entre si. Os entrevistados nos permitem entender que “identidade de gênero” significa “se identificar” com você mesmo, significa um espaço que pertence somente ao sujeito e por isso, trata-se de algo que só cabe a ele próprio definir. Como bem coloca Marcela “Simplesmente o fato de como o indivíduo se ver, se enxerga no mundo, como se identifica e se mostra ao mundo”

2) Como você define a sua identidade de gênero e com qual idade isso ficou claro para você?

Levando em consideração que identidade de gênero é algo que só cabe ao próprio sujeito definir, as respostas dadas compreendem:

“Eu sou um homem homossexual, desde quando comecei a me socializar, ou seja, quando tive contato com a escola e com outras crianças da minha idade, eu já percebi que eu era diferente, tinha características próprias de alguma coisa que eu não sabia identificar, o tempo foi passando e com uns 13 anos eu tive certeza do que se tratava essas diferenças que eu percebia desde o início. Com 16 anos eu fui morar fora de casa, tive liberdade, tive tempo pra me descobrir e a ideia de identidade de gênero ficou mais clara pra mim. Precisamos de liberdade, respeito e informação pra que isso amadureça”. (ANTÔNIO)

“Acredito que por sermos pessoas sociais, e por isso naturalmente buscamos por resultados/encaixes, sempre estaremos buscando por uma identidade que melhor resuma o que somos. Analisando até o presente, acredito que minha identidade tenha ficado mais claro a mim quando ingressei na universidade e comecei a ter o privilégio em participar de discussões e atividades que promovem a identidade de gênero. Hoje, por interesse, me mantenho atualizado sobre o assunto e posso dizer que me encaixo melhor na terminologia *Queer*, já que não me vejo no binarismo e na normatividade que nos é imposta”. (LUCAS)

“Me defino exatamente como Gay. Aos meus 15 anos eu sempre tive um olhar diferente para os garotos, mas a minha homossexualidade ficou clara foi na transição dos 16 para os 17 anos de idade”. (PABLO)

“Mulher/Homossexual. Só ficou claro a partir dos 20 anos, quando comecei a ter experiências e fui entendendo e passei a me aceitar dessa forma. Pois até então, não me aceitava por medo do preconceito e discriminação que viria a sofrer”. (FERNANDA)

Um dos entrevistados respondeu que ainda está em processo de descoberta a respeito da sua identidade de gênero:

“É uma pergunta complicada essa, uma vez que, apesar de me identificar bastante com o gênero ao qual me foi imposto - o masculino -, eu estou agora num processo de descobrimento maior sobre a minha vida, meu gênero e minha sexualidade”. (MATHEUS)

Roberto nos trouxe que não houve exatamente um momento específico que isso pudesse ter ficado claro para ele:

“Me identifico como um homem cis e acho que não teve um momento em que isso ficou exatamente claro, pois eu nunca tive questionamentos quanto a minha identidade”. (ROBERTO)

Dois dos entrevistados deixaram explícito que se identificam com o sexo biológico:

“Bom, nasci com o sexo feminino e me identifico com o sexo que nasci, ou seja, me vejo mulher, me sinto mulher e me mostro ao mundo como mulher. Apesar de as vezes eu me senti de forma diferente a outras mulheres, talvez traços masculinos e jeito. Sempre foi claro essa questão, atualmente que venho repensando”. (MARCELA)

“Me defino como homem, a partir de como a sociedade me lê, tendo tomado consciência disto em torno dos 20 anos”. (JOÃO PEDRO)

Observamos que a clareza para a maioria dos entrevistados quanto a identidade de gênero pôde ser identificada entre a adolescência e início da fase adulta, em que a socialização com outras pessoas – entende-se aqui pessoas externas ao convívio familiar – contribuiu para a lucidez dos fatos e melhor compreensão de si mesmo. Como mostrado anteriormente, somente um dos entrevistados ainda não tem clareza sobre a sua identidade de gênero e ainda, dois dos entrevistados se identificam com o sexo biológico, mesmo sendo homossexuais.

3) Como você definiria o conceito de família?

É explícito para nós que o primeiro contato, referente a socialização do sujeito, se dá por intermédio da família e, em relação a isso: três dos entrevistados falaram sobre o amor ao definir família, João Pedro respondeu que “Família é o conjunto de pessoas que convivem com base no amor entre elas”, os outros dois disseram:

“Tradicionalmente a família é formada por pai e mãe. Passar dos anos o termo família mudou completamente, portanto, pra mim o conceito de uma família é quando se tem amor dentro de uma casa, o que importa não só na família mas na sociedade é o respeito. Pode ser constituída por duas mães, dois pais, um pai e uma mãe o que deve ser claro que o amor é de igual para igual”. (PABLO)

“Família nada mais é que o amor existente entre pessoas, sejam elas quem forem, e que se unem para fortalecer um ao outro e se colocam a disposição do outro para se auxiliarem e seguirem um caminho juntos”. (MATHEUS)

Em resposta, Fernanda afirmou que família significa “União entre duas ou mais pessoas com a qual se tem um vínculo afetivo ou algum grau de parentesco” e seguindo também essa direção, Roberto respondeu: “Família é, para mim, grupos de pessoas que tenham uma ligação sentimental que se identificam como tal. Independente de número de sexo delas”

Um dos entrevistados disse ter dificuldade em definir esse conceito e acordamos quando ele diz acreditar que a definição de família foi algo construído culturalmente e acrescentamos ainda que esta carrega fortes marcas trazidas pela herança do patriarcado:

“Tenho dificuldade em definir qual é o conceito de família. Uns dizem que é por questão biológica, outros por questões sentimentais. Para mim, não vejo família como um conceito definido, acredito que a definição – seja qual adotem – foi construída culturalmente”. (LUCAS)

Quando tratamos sobre família em nossa discussão, afirmamos ser ela uma instituição formadora e norteadora de comportamentos assim também, Antônio nos diz que ela é “Uma instituição que possui a responsabilidade de nortear um sujeito social e tem poder sobre tal sujeito até um certo ponto da vida” – relações de poder

caracterizam e sintetizam o Modo de Produção Capitalista (MPC), sejam estas nas relações familiares, sociais ou de produção.

Para melhor resumirmos a discussão, em resposta ao questionário, Marcela sintetiza com excelência “onde existe vínculo é família”. Como então versar sobre família e homossexualidade, para além da bibliografia, indo de encontro a realidade que está por trás da imediaticidade? Em algum momento família e homossexualidade se chocam, seja de maneira divergente ou convergindo em respeito à livre sexualidade.

4) Para você foi difícil falar sobre a sua identidade de gênero no âmbito familiar?

Respeitando os lugares de fala então, nossos entrevistados puderam nos dizer um pouco sobre a experiência de ser homossexual e falar sobre isso dentro do ambiente familiar:

“Posso dizer que ainda se faz um ambiente complicado, onde a dificuldade é exemplificar as diversas características que uma identidade pode ter. E por impor um termo sobre minha identidade, a discussão fica árduo. Mas é um processo que através de lutas e representatividade, está por tornar-se menos trabalhoso (mas ainda falta um longo caminho)”. (LUCAS)

“Foi difícil no começo, por medo da opressão e de não ser aceita dentro de casa. Mas após revelar para uma parte da família, não tive problemas e hoje não tenho dificuldades em falar sobre o assunto, pois fui bem compreendida e apoiada”. (FERNANDA)

“No início sim, minha família mora no interior, ninguém tem contato com esse tipo de discussão, é tudo muito confuso e não existe referências para exemplificar situações. Hoje minha família é muito aberta a esse diálogo, o que me ajudou muito nesse processo de falar de gênero dentro de casa foi o curso de Serviço Social onde tive um contato maior com gênero, sexualidade, raça e etc. Ficou muito fácil quando eu estava fundamentado para conduzir essa discussão, o que me deixa muito feliz enquanto sujeito e enquanto profissional”. (ANTÔNIO)

Matheus respondeu que não há dificuldade nesse sentido dentro do âmbito familiar:

“Não acho que exista essa dificuldade no âmbito familiar. Essa dificuldade é existente em toda a sociedade de maneira geral, uma vez que até hoje mulheres trans são marginalizadas e vão para as ruas, em sua grande maioria, trabalhar como prostitutas apenas porque não conseguem um emprego comum dentro dos limites do aceitável na sociedade. Então entendo que esse tema não é algo difícil de se discutir no seio familiar, apesar de ser uma discussão necessário e que muitas vezes não acontece. Agora, no meu caso, essa discussão não aconteceu porque não existe nada definido ainda, e primeiro eu tenho que entender o que eu sou para talvez vir a ter essa discussão”. (MATHEUS)

Um dos entrevistados ainda não falou sobre a sua identidade de gênero para a família:

“Ainda não me assumi de forma clara para minha família como todo, porém para meus pais não me assumi e nem penso por questão ética e respeito que devo a eles. Me assumir para a família que convive comigo todos os dias “Pai e Mãe” não será nada fácil”. (PABLO)

Dois dos entrevistados, João Pedro e Marcela, responderam que não relacionando ao fato de se identificarem com o seu sexo biológico: “não, acredito que em razão de me identificar com o gênero com o qual fui designado ao nascer. (JOÃO PEDRO); assim também Marcela: “não, pois me identifico com o que foi me atribuído, relacionamento ao sexo que nasci, feminino”

Falas como as destacadas acima nos permitem perceber em alguns momentos que tratar sobre a liberdade sexual, dentro do ambiente familiar, é algo que ainda se apresenta distante de ser um processo simples – o que dificulta ainda mais a naturalização da homossexualidade; é certo que tal realidade faz parte de construções históricas a que cada sujeito pertence e, sendo assim, é preciso tempo para que aos poucos isso seja desconstruído. Pablo ainda não se sentiu confortável para falar sobre sua homossexualidade aos pais e se justifica por uma “questão ética e respeito” que deve a eles.

E aí então é que chegamos a um ponto essencial da nossa discussão. A família enquanto instituição formadora e norteadora de comportamentos seria também o “lugar” onde a discriminação e o preconceito surgem?

5) Para você existe homofobia e outras formas de discriminação?

Todos os entrevistados responderam que sim. Lucas trouxe em depoimento:

“Como vítima de violência por conta de minha sexualidade, posso confirmar que existe homofobia sim. E que já passou do momento de reconhecer e tornar essa agressão hedionda em crime. Não é apenas minha realidade que diz isso, mas a de muitas outras pessoas. É só olhar as estatísticas sobre violência no mundo. O Brasil, por consecutivos anos, é o país que mais mata Transgêneros/Transexuais no mundo, os números aumentam a cada ano. Isso é um problema de segurança pública e de violência (homofobia e transfobia)”. (LUCAS)

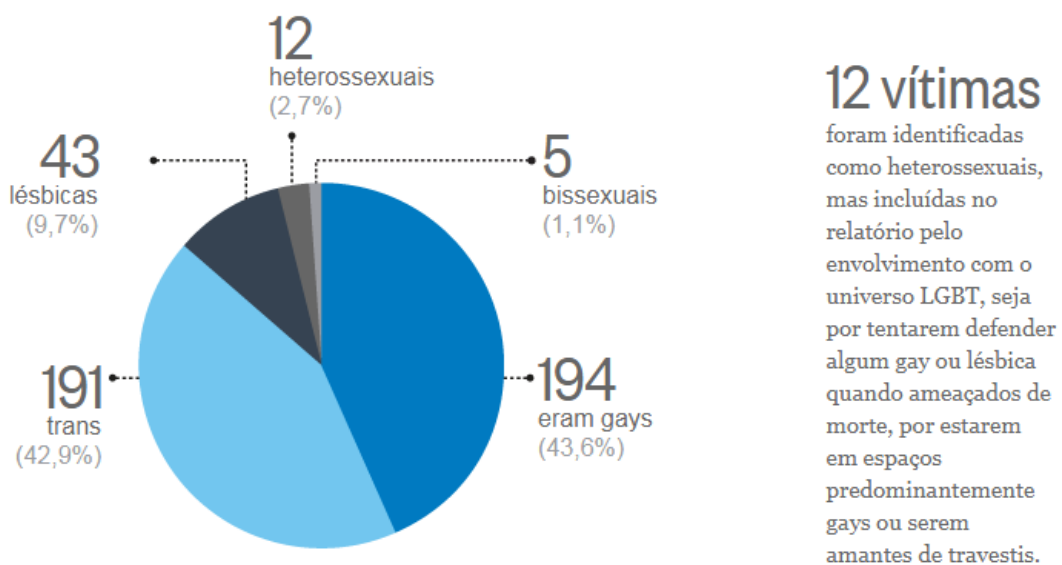
Dados atuais confirmam o que foi dito por ele. O Brasil é conhecido como o país que mais mata Transexuais no mundo e o índice de mortes contra a comunidade LGBT cresceu muito no último ano. De acordo com Luiza Souto:

“O Grupo Gay da Bahia (GGB) registrou um aumento de 30% nos homicídios de LGBTs em 2017 em relação ao ano anterior, passando de 343 para 445. Segundo o levantamento, obtido pelo GLOBO, a cada 19 horas um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial desse tipo de crime”. (SOUTO, 2018)

O gráfico a seguir ilustra os números trazidos acima:

GRÁFICO I

DAS 445 VÍTIMAS REGISTRADAS EM 2017:



Fonte: SOUTO, Luiza, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>, acesso em 30 jan, 2018.

A distribuição regional das 445 vítimas registradas em 2017, se apresentam das seguintes formas:

“O estado com maior registro de crimes de ódio contra a população LGBT foi São Paulo (59), seguido de Minas Gerais (43), Bahia (35), Ceará (30), Rio de Janeiro (29), Pernambuco (27) e Paraná e Alagoas (23). Entre as regiões, a maior média foi identificada no Norte (3,23 por milhão de habitantes), seguido por Centro-Oeste (2,71) e Nordeste (2,58) “. (VALENTE, 2018)

Mesmo que em porcentagens diferentes, a violência contra a população LGBT está em todos os lugares e, diante do exposto, percebemos o quão urgente se faz o fortalecimento da luta pela livre sexualidade e emancipação humana, para que cada dia menos pessoas sofram e morram violentamente, vítimas de preconceito e homofobia.

6) Em sua opinião, é no âmbito familiar que o preconceito e a discriminação surgem?

No nosso trabalho, abordamos a família como uma instituição que norteia e forma comportamentos entendendo essa relação com exceção de um entrevistado, todos os outros concordam que, de certa maneira, é sim no âmbito familiar que a discriminação e o preconceito surgem ou que estejam relacionados, mesmo que “em partes” – mesmo que “não somente” no âmbito familiar:

“Por parte sim, pois são as primeiras referências de caráter que temos em nossas vidas, mas isso não impede que ocorram mudanças ao decorrer do crescimento do indivíduo”. (ROBERTO)

“Sim, sem sombras de dúvida. Ninguém nasce odiando especificidades nas pessoas. Isso se aprende, é ensinado. E geralmente pegamos como referência nossa família. (MARCELA)

“Sim, a família é o primeiro espaço de socialização dos indivíduos, e é neste espaço onde surgem as primeiras dificuldades das pessoas em lidar com a diversidade sexual e de gênero. Afinal, discutir tais questões é hábito novo, e a tradicionalidade impõe às pessoas os comportamentos dominantes: heterossexualidade, família nuclear, cisgeneros, etc”. (JOÃO PEDRO)

Um dos entrevistados respondeu “sim”, mas fez uma ressalva:

“Eu acredito que ele surge sim no ambiente familiar, mas ele surge nas famílias heterossexuais, uma vez que os pais de um lgbt são heterossexuais. Ele surge na educação, na criação e na dificuldade das pessoas em aceitar a diversidade humana, tal como ela é”.
(MATHEUS)

Apesar de um único entrevistado responder prontamente “não” ao ser questionado a respeito disso, analisamos que este entende que família, discriminação e preconceito, têm uma estreita relação – compreendemos ser esta a resposta que melhor sintetiza a nossa discussão feita nos capítulos anteriores:

“Não. O preconceito e a discriminação, pra mim, são expressões da questão social, ambos surgem em determinados períodos históricos e a sociedade os conserva de acordo com seus interesses. A família reproduz o preconceito de uma forma mais opressora quando se trata de liberdade, o que envolve uma série de fatores como autonomia do sujeito, classe, trabalho e etc”. (ANTÔNIO)

Embora haja uma estreita relação, infelizmente o preconceito e outras formas de discriminação não ocorrem somente no ambiente familiar, elas estão também na rua sendo produzidas e reproduzidas e, como bem coloca Antônio, se materializam enquanto expressões da questão social, juntamente com as demais formas de opressão que criminalizam os sujeitos, mais particularmente voltando ao nosso tema, às minorias LGBT.

7) Você se sente vítima de preconceito e discriminação dentro e fora de casa? Como isso se dá?

Seis entrevistados responderam que sim – uma delas colocou como “dentro de casa” o convívio com familiares que não somente consanguíneos – um respondeu que “não mais” e um outro preferiu dar outro nome ao preconceito e a discriminação sofrida:

“Eu diria que eu passo por situações desconfortáveis no cotidiano. Isso se dá de várias formas, a principal que eu percebo é a diferença na

aceitação de uma mesma situação entre heteros e gays. Por exemplo: está um homem e uma mulher de mãos dadas em determinado lugar, ok, tudo normal. Chega eu de mãos dadas com meu namorado. É explícito a diferença das reações. Existe muito preconceito e discriminação por aí, isso as vezes é o mínimo que acontece. Mas para dar conta de tudo isso a ação coletiva é muito importante. Lido com o preconceito estando ligados a movimentos que abraçam a luta”. (ANTÔNIO)

As respostas seguintes nos levam a acreditar na importância quanto a escolha do tema de TCC, quando discutir gênero e sexualidade se faz algo urgente e necessário em nossa sociedade:

“Sim. Ele tem uma formulação diferenciada: dentro de casa, é mais por uma questão de não entendimento e julgamento genérico, pois sou respeitado dentro do meu ambiente familiar, porém incompreendido. E exteriormente é pior, pois a facilidade em encontrar intolerância e discursos de ódios são gigantescas, ainda mais no meu caso: uma bixa afeminada que performativa ambos gêneros compreendidos socialmente, negando a normatividade”. (LUCAS)

“Dentro de casa eu sinto menos, pelo menos diretamente. Fora de casa, as coisas ficam mais claras, os julgamentos são feitos desde um olhar até um xingamento ou até mesmo uma agressão”. (ROBERTO)

“Sim, homofobia. Sou homem cis gay e sofro homofobia dentro e fora do âmbito familiar, neste o preconceito se dá através da invisibilização da minha sexualidade, principalmente. Na rua, os olhares de reprovação são a forma de preconceito mais comum que percebo”. (JOÃO PEDRO)

“Óbvio!!!! Dentro da minha própria casa eu sofro essa pressão psicológica “homofobia”. Um dos piores preconceitos vem de dentro da nossa casa. Na rua é um pouco diferente porque meus amigos já me aceitam como sou, me tratam de igual para igual e que o respeito é acima de tudo, mas um ou outro me discrimina chamando de “viadinho, fresco...” ignorância não é o que falta dentro de um homofóbico”. (PABLO)

É fato que as opressões contra a comunidade LGBT estão por toda parte, dentro e fora de casa, sendo reproduzidas de maneira violenta e criminalizada. Dentre as várias formas de discriminação, nos questionamos ainda se a homofobia estaria atrelada também ao preconceito racial e concluímos que sim, uma vez que um homossexual negro pode passar por processos ainda mais difíceis de aceitação, sobretudo no que tange ocupar espaços.

8) Em sua opinião, a homofobia está atrelada ao preconceito racial?

Acreditamos que tanto a homofobia quanto o preconceito racial se materializam enquanto expressão da questão social e, dentre tantos outros motivos, não há como discutir homofobia sem perpassar pela discussão de raça. De acordo com IANNI:

“O preconceito racial e o preconceito de classe mesclam-se em intolerâncias de vários tipos, manifestas em várias linguagens, com as quais se excluem, confinam ou administram os que são obrigados a vender sua força de trabalho para viver. Esta é a realidade: a raça e a classe são constituídas, simultânea e reciprocamente, na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. Essa é a fábrica da dominação e da alienação, que pode romper-se quando uns e outros, assalariados de todas as categorias, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreenderem que sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas até a de classes, desde a sociedade de classes até a sociedade sem classes”. (ALMEIDA, 2015, p. 45 *apud* IANNI, 2005. p. 14).

Cinco entrevistados relacionaram homofobia e preconceito racial; três não acham que há de fato uma ligação entre eles:

“Sim... O preconceito de um está ligado ao outro. Vivemos em uma sociedade hipócrita e machista, o preconceito racial existe até hoje, quando um gay ou uma lesbica é negro(a) a agressão verbal é triplicada”. (PABLO)

“Nunca parei para pensar a respeito, mas acredito que possa sim ter uma ligação pois são formas de excluir e esse tipo de sentimento sempre anda junto”. (ROBERTO)

"Acho que há o preconceito separado para cada um, porém há um preconceito maior em casos de homossexuais negros e homens". (FERNANDA)

“Obviamente pessoas negras, pobres e gay sentem mais na pele o preconceito do que pessoas brancas, pobres/ricas e gay”. (MARCELA)

“Em certo ponto sim. Pois não conseguimos discutir sexualidade, sem perpassar por questões econômicas, raciais e de gênero. Infelizmente o mundo apresenta outras violências que grupos enfrentam diariamente, como: machismo, racismo, etc. Em casos de violência, o perfil que mais enfrenta tal discriminação são as travestis e as viadas afeminadas negras e periféricas, pois estas estariam na base inferior de uma escala que discute qual corpo merece viver nesta sociedade violenta, misógina, racista, homofóbica e transfóbica”. (LUCAS)

Uma minoria dos entrevistados respondeu que não acham que preconceito racial e homofobia estão atrelados. Como vimos, a maioria se posicionou, mesmo que não tenha sido de forma bastante explícita, concordando com a relação existente entre essas formas de opressão e, assim como Antônio, acordamos que “todas as formas de discriminação estão ligadas direta ou indiretamente por se tratarem de expressões da questão social, divisão de classes, etc”.

9) Você saberia listar pelo menos três ações que visam o enfrentamento das violências de gênero ou racial?

É importante destacar algumas ações que já existem e que visam o enfrentamento das violências de gênero ou racial e vêm somando forças ao movimento de luta. Dentre elas, nossos entrevistados chamam a atenção para Movimentos estudantis e sociais que lutam contra esse tipo de violência, como o Movimento LGBT e a Parada do orgulho LGBT, exemplos de luta e resistência; Associações em defesa do público LGBT, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais; manifestações dentro das Universidades, que ocupam espaços de discussão, fomentando o debate; Movimento Drag de Belo Horizonte; casa para acolhimento a população LGBT (Salvador – BA); “iniciativas de festas e eventos que priorizam a entrada de transexuais, bem como a formação da equipe que trabalharão em tais festas, como equipe de segurança e bar” (ROBERTO); dentre outras ações.

10) Para você, quais estratégias poderiam ser traçadas objetivando contribuir com a superação das violências de gênero e outras opressões?

Embora haja a homofobia, é importante dizer que existe uma sociedade civil organizada contra a homofobia e todas as formas de preconceito, em relação a isso Lucas traz que “a inserção cada vez maior destes temas na educação, o tratamento como pautas de segurança pública e a criminalização, acompanhada de justiça – mas não nos moldes atuais”, seja um importante caminho a ser percorrido, Antônio vê como estratégias a serem traçadas “ação coletiva, políticas públicas e construção de

pensamento político”. Objetivando contribuir com a superação da violência de gênero e demais opressões, João Pedro acrescenta:

“A melhor estratégia é trazer o assunto à tona: discutir a diversidade de gênero e sexual nos espaços de socialização contribui para dar visibilidade a estes indivíduos e tem o condão de proporcionar conhecimento para que a intolerância seja cada vez mais rara e condenada”.

Os outros entrevistados responderam:

“É a pessoa ser resistente as agressões. É a sociedade debater mais os assuntos dentro da sua própria casa ou escola e dizer que o amor é de igual para igual, mostrar para as pessoas que o respeito que se deve ter de um para o outro é importante e o apoio de governos é fundamental na ajuda contra a violência expondo propagandas em televisões, outdoor... Mostrando que é crime qualquer tipo de violência, aumentando o policiamento e criando leis contra toda a homofobia”. (PABLO)

“Entre várias ideias já pensadas anteriormente, uma que realmente me traz uma satisfação maior é a discussão livre sobre a diversidade em escolas de ensino básico, e com os pais destes estudantes também, é a defesa de que preconceito se aprende, e desconstrução pode ser aprendido também”. (MATHEUS)

“Eu acredito que reforçar cada vez mais a enxergar e disseminar a ideia de que coisas como homofobia e preconceito racial são crimes, seja por meio de campanhas publicitárias, militância em suas redes sociais, uma discussão em uma mesa de bar. Agindo dessa forma, as coisas ficam cada vez mais claras”. (ROBERTO)

“Programas sociais que apoiem social e psicologicamente as vítimas de violência. Denunciar o agressor para que possa ser punido e se manter longe da vítima. Grupos de apoio e proteção as vítimas, para que percebam que não estão sozinhas e possam trocar informações e experiências visando o enfrentamento do problema”. (FERNANDA)

A respeito disso, Marcela afirma que “No Brasil é difícil, infelizmente na atual conjuntura é cada vez pior e comum a violência. A estratégia é investir em educação e punições severas a quem comete esse tipo de crime”. Ainda assim, é preciso que o caminho, em prol do enfrentamento às opressões, continue.

Diante do exposto, e como salientado em nosso trabalho, fica explícita a grande necessidade de se discutir gênero e sexualidade, sobretudo as diversas formas de opressão existentes que se materializam no Modo de Produção Capitalista enquanto expressões da questão social, criminalizando os sujeitos.

Findada a análise dos dados, concluímos ainda que é necessário respeitar os lugares de fala e abrir mais espaços de discussão para que questões de gênero, raça e sexualidade ganhem força a caminho de uma naturalização das relações sem estigmas, preconceitos e discriminações. Basta analisarmos os dados para que fique ainda mais explícito a necessidade de que haja mudança sobre a violenta realidade vivida pela comunidade LGBT em nosso país.

Precisamos buscar uma sociedade mais justa e igualitária, sem expressões de classe que sejam capazes de criminalizar as minorias. Os dados provocam mais um convite à luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas no trabalho trazem bastante sobre inquietações pessoais, mas também situações vividas por homossexuais próximos. Por isso, analisar mais de perto a “homofobia “sem” homofóbicos” e poder questionar onde esse preconceito está foi bastante enriquecedor e ao mesmo tempo instigante para que os estudos não terminem por aqui, possibilitando a continuidade em outras oportunidades.

A caminhada empreendida em torno do tema “Da homofobia sem homofóbicos à criminalização contra a comunidade LGBT: opressões que atravessam o livre exercício da sexualidade na luta de classes” nos permitiu perceber como os discursos de criminalização contra esse grupo perpassam por relações que vão desde o convívio familiar, como também outros espaços de sociabilidade. Dessa maneira, destacamos a importância de se discutir gênero e sexualidade como forma de propor o respeito mútuo entre as pessoas, principalmente daquelas que não se identificam com os padrões colocados pela heteronormatividade.

Entendemos ser necessário que essa discussão vá para fora dos grupos de interesse, sobretudo pela importância de se discutir em todas as esferas da sociedade as opressões que atravessam o livre exercício da sexualidade, percebendo ser de suma importância dar voz e espaço a essa luta que é também de todos, para que assim, um novo caminho societário, livre e igual, possa ser objetivado e construído. Destacamos também a necessidade de se fazer políticas públicas de amparo a comunidade LGBT que sofrem constante violação de direitos, incluindo o aumento da violência que tem como consequência o grande número de mortes no Brasil.

A caminhada empreendida em torno do tema nos possibilitou desnudar a realidade e ir além daquilo que está posto pelas aparências, rompendo com a imediatividade posta pelo Modo de Produção Capitalista que muitas vezes oculta o fenômeno da homofobia, assim como as demais expressões da questão social. Discutir sobre desigualdade é permitir que a alienação seja “quebrada”, mesmo que pouco e ainda insuficiente, mas com o efeito de fazer com que as diferenças sejam respeitadas e assim também o exercício da livre sexualidade.

A síntese que buscamos construir é transitória, podendo servir como o começo de novos estudos e intervenções, como também um convite à luta. Encontramos a importância de reflexões para o possível desenvolvimento de estratégias que sejam capazes de enfrentar a homofobia camuflada pelas relações sociais, afirmando que, para se discutir o fenômeno, é preciso perpassar por questões econômicas, raciais e de gênero para então compreender as formas de preconceito e discriminação que estão postas nessa sociedade de classes.

O tema escolhido é de inteira relevância para o Serviço Social, enquanto uma profissão prático-interventiva que trabalha diretamente com as múltiplas expressões da questão social, compreendendo, pois, que a homofobia é também um fenômeno que se materializa na expressão da questão social. Diante disso, o compromisso profissional de estar ligado a um projeto societário que visa a liberdade e a construção de uma nova ordem social, permite ao assistente social atuar também em prol da superação de preconceitos e formas de discriminação, podendo ainda fortalecer a luta dentro dos Movimentos Sociais que estejam diretamente ligados a causa LGBT.

Existe, portanto, um grande desafio para o profissional do Serviço Social em se fazer presente na luta contra todas as formas de discriminação, e assim contra a homofobia. É preciso um olhar sensível e treinado, a fim de desnudar a realidade para tratar a raiz do problema e não somente abrandar os efeitos causados pela discriminação. O Código de Ética do Assistente social de 1993 e a Lei de Regulamentação da profissão, somam e buscam fortalecer o Projeto Ético político e estes são capazes de melhor fundamentar a intervenção – momento em que teoria e prática se complementam.

Ainda é preciso muito para que a homofobia e todas as formas de discriminação contra a comunidade LGBT deixem de existir, afinal compreender o fenômeno da

homofobia que está oculto nas relações sociais, inclusive no âmbito familiar, não é tarefa fácil e requer um caminho longo contra a alienação. Contudo é importante permanecermos na luta pela superação das opressões inerentes ao Modo de Produção Capitalista, respeitando os lugares de fala e dando voz a essa minoria que muitas vezes é silenciada. A síntese apontada nesse trabalho de conclusão de curso se conforma como um grande desafio para futuras pesquisas e estudo acerca do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sheila. **A Pós-Graduação em Serviço Social na cidade do Rio de Janeiro: o silêncio indolente que invisibiliza as relações raciais na produção de conhecimento**. Rio de Janeiro, 2015.

BAGAGLI, Beatriz. **Transpolíticas Públicas – Artigo 1: O Reconhecimento das Identidades Trans nas Políticas Públicas para Além da Cisnormatividade**. Campinas: Papel Social, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1949.

BRANT, Nathália. **Projeto profissional e o cotidiano do assistente social: embates sobre o direcionamento ético-político e social**. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais – Textos selecionados. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2016, Belo Horizonte.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COELHO, Marilene. **Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro, 2008.

COLASANT, Marina. **E por falar em amor**. São Paulo: CÍRCULO DO LIVRO S.A, 1984.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

CUNHA.C, ABREU.D, VASCONCELOS.M, LIMA.S. **Fetichismo e alienação do trabalho na atualidade a partir das concepções de Marx**. Vitória da Conquista, 2014.

GONÇALVES, Taciane. **Reflexões sobre a prática política e a prática profissional no Serviço Social**. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais – Textos selecionados. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2016, Belo Horizonte – MG.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

MELLO, Ricardo. **A destruição da família no marxismo de Marx**. Disponível em: <https://conhecerepensar.wordpress.com/2016/10/03/a-destruicao-da-familia-no-marxismo-de-marx/>, acesso em 30 de Out de 2017.

NETTO e BRAZ. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.

PALHA, Amanda. FERREIRA, Guilherme. **Transpolíticas Públicas – Artigo 6: Aprisionamento de Pessoas Trans: o Contexto Latino – Americano**. Campinas: Papel Social, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p. (Coleção Brasil Urgente).

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Altina. **Transpolíticas Públicas – Artigo 2: Identidade de Gênero e População LGBT**. Campinas: Papel Social, 2017.

SILVA, Lion. **Transpolíticas Públicas – Artigo 2: Identidade de Gênero e População LGBT**. Campinas: Papel Social, 2017.

SIQUEIRA, Ranyella. CARDOSO, Hélio. **O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana**.

SOUZA, Jamerson. **O CONSERVADORISMO MODERNO: esboço para uma aproximação**. Revista Serviço Social & Sociedade nº 122, 2015.

STAFFORD, M. C. & SCOTT, R. R. (1986). **Stigma deviance and social control: some conceptual issues**. Ainsley, S. C.; Becker, G.; Colman, L. M. A. (Ed), En The Dilemma of Difference (77-91). New York: Plenum.

ANEXOS

ANEXO 1 – Termo de Consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a), você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa sobre: **“Da Homofobia sem homofóbicos à criminalização contra a comunidade LGBT: opressões que atravessam o livre exercício da sexualidade na luta de classes”**. Esta pesquisa está sendo desenvolvida como pré requisito de avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social e tem por **objetivos**: desnudar o fenômeno da homofobia e onde se esconde o preconceito contra a comunidade LGBT; identificar em quais lugares o preconceito está; buscar entender o porquê relações de sexualidade da comunidade LGBT ainda não foram naturalizadas; despir a realidade de modo a compreender até que ponto o estigma social é capaz de criminalizar o sujeito, ao ponto de deixá-lo à margem da sociedade; fazer um recorte racial, a fim de entender melhor o quanto questões de gênero e raça estão perpassadas por questões de sexualidade. Este é um estudo baseado em uma abordagem de questionário, as respostas serão tratadas de forma **anônima e confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, a privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por códigos (sexo, idade, profissão, cargo e número da entrevista ou nome fictício). Os **dados coletados** serão utilizados apenas **NESTA** pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento você pode **recusar-se** a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar o seu consentimento. Esta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de questionário. A entrevista será respondida através de questionário – que será guardado por cinco (05) anos e incinerada após esse período. Ao aceitar participar da pesquisa você irá responder o questionário abaixo.

Você não terá nenhum **custo ou quaisquer compensações financeiras**. **Não haverá riscos** de qualquer natureza relacionada a sua participação. **O benefício**

relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área de Serviço Social.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e e-mail da pesquisadora responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as dúvidas sobre o projeto e de sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

Sheila Dias Almeida

Orientadora e Pesquisadora

Cel: (31) 97361-0966

e-mail: sheidias@yahoo.com.br

Larissa Rios Freitas

Orientanda e Pesquisadora

Cel: (31) 99302-9895

e-mail: larissariosf@hotmail.com

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa: _____

(assinatura)

Mariana, _____ janeiro de 2018.

ANEXO II - Questionário**QUESTIONÁRIO**

- 1) O que entende por identidade de gênero?
- 2) Como você define a sua identidade de gênero e com qual idade isso ficou claro para você?
- 3) Como você definiria o conceito de família?
- 4) Para você foi difícil falar sobre a sua identidade de gênero no âmbito familiar?
- 5) Para você existe homofobia e outras formas de discriminação?
- 6) Em sua opinião, é no âmbito familiar que o preconceito e a discriminação surgem?
- 7) Você se sente vítima de preconceito e discriminação dentro e fora de casa?
Como isso se dá?
- 8) Em sua opinião, a homofobia está atrelada ao preconceito racial?
- 9) Você saberia listar pelo menos três ações que visam o enfrentamento das violências de gênero ou racial?
- 10) Para você, quais estratégias poderiam ser traçadas objetivando contribuir com a superação das violências de gênero e outras opressões?